

# CONGRESSO NACIONAL

---

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 19 DE DEZEMBRO DE 2003

#### 2 – ABERTURA

##### 2.1 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à promulgação da **Emenda Constitucional nº 41, de 2003**, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003, que dispõe sobre a reforma da Previdência Social; e à promulgação da **Emenda Constitucional nº 42, de 2003**, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências...

03344

##### 2.2 – Fala do Presidente do Congresso Nacional

##### 2.3 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados

#### 2.4 – ENCERRAMENTO

### 3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

### 4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

### 6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

---

## Ata da 3ª Sessão Conjunta (Solene), em 19 de dezembro de 2003

### 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas, no  
Plenário do Senado Federal)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003, que dispõe sobre a reforma da Previdência Social; e da Emenda Constitucional nº 42, de 2003, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Assinalo a presença neste plenário do Ministro da Previdência Social, Sr. Ricardo Berzoini, que nos honra com o seu comparecimento.

Encontram-se sobre a mesa os autógrafos das emendas constitucionais. Deles foram preparados 5 exemplares, destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Sr. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário, fará a leitura dos autógrafos das emendas. Em seguida, proceder-se-á às suas assinaturas.

São lidos os seguintes

#### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41**

**Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX § 3º do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, providências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37 .....  
.....”

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais poderão ou de exceder qualquer outra natureza, não o subsídio mensal, em espécie, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o *subsídio* dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

.....”(NR)

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus pro-

ventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

.....  
§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

.....  
§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

.....  
§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

.....  
§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefí-

cio previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X." (NR)

"Art. 42 .....

.....  
§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal." (NR)

"Art. 48 .....

.....  
XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I." (NR)

"Art. 96 .....

.....  
II – .....

.....  
**b)** a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

....." (NR)

"Art. 149. ....

.....

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

..... (NR)

“Art. 201 .....

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.” (NR)

Art. 2º Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I – tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II – tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do **caput** terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, a, e § 5º da Constituição Federal, na seguinte proporção:

I – três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do **caput** até 31 de dezembro de 2005;

II – cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do **caput** a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 3º Na aplicação do disposto no § 2º deste artigo, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, contado com acréscimo de dezessete por cento, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no **caput**, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no **caput**, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 6º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até comple-

tar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no **caput**, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o **caput** incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere:

I – cinquenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – sessenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União.

Art. 5º O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data de publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingres-

sado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I – sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III – vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revisados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na toma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revisados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 8º Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o art. 37, XI, da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data de publicação desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos

Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento da maior remuneração mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal a que se refere este artigo, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Art. 9º Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Art. 10. Revogam-se o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal, bem como os arts. 8 e 10 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 11. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2003.

#### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42**

##### **Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37 .....

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

.....” (NR)

“Art. 52 .....

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

.....”(NR)

“Art. 146. ....

III – .....

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

I – será opcional para o contribuinte;

II – poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

III – o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;

IV – a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.” (NR)

“Art. 146-A. Lei Complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.”

“Art. 149. ....

§ 2º .....

II – incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;

.....”(NR)

“Art. 150. ....

.....  
III – .....

**c)** antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea **b**;

.....  
§ 1º A vedação do inciso III, **b**, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, o, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, 1, 153, 1, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

.....” (NR)

“Art. 153. ....

.....  
§ 3º.....

IV – terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do **caput**:

I – será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

II – não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

III – será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

.....” (NR)

“Art. 155. ....

.....  
§ 2º .....

**a)** sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

.....  
**d)** nas prestações de serviço de comunicação modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

.....  
§ 6º O imposto previsto no inciso III:

I – terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II – poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.” (NR)

“Art. 158 .....

.....  
II – cinquenta por cento arrecadação do imposto da propriedade territorial rural, aos imóveis neles situados, totalidade na hipótese da opção refere o art. 153, § 4º, do produto da União sobre a relativamente cabendo a a que se

.....(NR)

“Art. 159 .....

.....  
III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, o, do referido parágrafo.

.....  
§ 4º Do montante de recursos de que inciso III que cabe a cada Estado, cinco por cento serão destinados Municípios, na forma da lei a que se mencionado inciso.” (NR)

“Art. 167 .....

.....  
IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

..... (NR)

“Art. 170 .....

.....  
VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado confor-

me o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

.....” (NR)

“Art. 195 .....

IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, 1,; e IV do **caput**, serão não-cumulativas.

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso 1, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.”(NR)

“Art. 204 . .....

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (NR).....

“Art. 216 . .....

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento a cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (NR)

Art. 2 Os artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

§ 12 O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, 1; 158, 1 e II; e 159, 1, a e b; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, 1, c, da Constituição.

.....” (NR)

“Art.82 .....

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – 10145, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição.

.....” (NR)

“Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, II, e 82, § 2º. “(NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 90. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta e oito centésimos por cento.”

“Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante defini-



do em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, a.

§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.

§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o capta, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.”

“Art. 92. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

“Art. 93. A vigência do disposto no art. 159, III, e § 4º, iniciará somente após a edição da lei de que trata o referido inciso III.”

“Art. 94. Os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cessarão

a partir da entrada em vigor do regime previsto no art. 146, III, d, da Constituição.”

Art. 4º Os adicionais criados pelos Estados e pelo Distrito Federal até a data da promulgação desta Emenda, naquilo em que estiverem em desacordo com o previsto nesta Emenda, na Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, ou na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, terão vigência, no máximo, até o prazo previsto no art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 5º O Poder Executivo, em até sessenta dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei, sob o regime de urgência constitucional, que disciplinará os benefícios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia da informação, que vigorarão até 2019 nas condições que estiverem em vigor no ato da aprovação desta Emenda.

Art. 6º Fica revogado o inciso II do § 3º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Brasília, 19 de dezembro de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Assino neste momento, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, as Emendas Constitucionais. (Pausa).

(Procede-se às assinaturas das emendas constitucionais pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Presidente do Senado Federal.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Convido os demais membros da Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a aporem suas assinaturas nas emendas. (Procede-se às assinaturas).

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Congratulo-me com todos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, pelo excelente trabalho que realizaram e especialmente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, excepcional homem público, que tem conduzido os trabalhos daquela Casa com sabedoria, inteligência e acuidade política, de modo a zelar pelo prestígio da instituição, pela dignidade do Poder Legislativo, e, por isso mesmo, credencia-se ao respeito e à admiração de todos nós.

Este ano legislativo foi sem dúvida de grandes realizações para o Brasil. O Parlamento cumpriu com o seu dever: votou as reformas previdenciária e tributária e manteve uma relação de absoluto equilíbrio com os demais Poderes da República, inclusive com o Poder Judiciário – basta citar o trabalho do Deputa-

do João Paulo Cunha com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao abrir o debate sobre os principais pontos da reforma da Previdência, os quais foram acolhidos na versão final da proposta. Além disso, convênios foram feitos entre o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal, o que assegurou o treinamento de pessoal, a publicação de clássicos do Direito e edições da *Revista da Magistratura*.

Ressalto também que as reformas que agora estamos promulgando devemos à coragem e à determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de enviá-las ao Congresso, acompanhar a sua tramitação e transigir, quando necessário, para encontrar consenso. O Presidente está servindo ao País com espírito público e determinação.

A melhor síntese que eu poderia fazer deste ano, no que diz respeito às atividades do Congresso Nacional, é repetir a mesma frase com que abri esta Legislatura: o Congresso Nacional não faltou para com o País e está cumprindo com o seu dever.

E o seguinte o pronunciamento na íntegra do Presidente José Sarney

Senhoras e Senhores Congressistas

Cumprimos uma etapa importante da vida desta 52ª Legislatura ao votar as matérias que são objeto desta promulgação. Fizemos alterações de ordenamentos constitucionais há muito desejadas e necessitadas pelo país. Não atendemos apenas à iniciativa de um governo, mas à pressão que existe há anos e ao desejo perseguido por muitos governos de fazer uma reforma da previdência que possa torná-la sustentável, e uma reforma tributária que simplifique a vida do contribuinte e estabeleça critérios e normas que possam ser um avanço.

A Reforma da Previdência trará segurança a todos que estão no sistema da seguridade social, para que possam receber os benefícios e a tranquilidade que merecem aqueles que trabalham e necessitam de assistência e almejam uma aposentadoria sem riscos.

A Reforma Tributária, por outro lado, assegura a simplificação do sistema de cobrança de impostos e abre condições para a retomada do crescimento econômico.

O Congresso Nacional não esqueceu, numa e noutra reforma, os aspectos humanos que dizem respeito diretamente à vida de todos os cidadãos. O Congresso Nacional foi atento às reivindicações da sociedade, ajustou-as ao interesse nacional, sem violar nem violentar direitos.

Se por um lado essas reformas eram há muito tempo reclamadas pelo país, por outro devemos ressaltar que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva teve a coragem e a determinação de enviá-las ao Congresso Nacional e acompanhar sua tramitação, transigindo e encontrando consensos.

O Presidente Lula está servindo ao país, com determinação e espírito público.

O Congresso Nacional é a Casa onde se harmonizam os conflitos. A sociedade democrática é uma sociedade de grupos de pressão. É natural que cada um deles exerça sua função, defendendo seus direitos setoriais. Cabe ao Congresso Nacional harmonizar esse mapa de interesses, de modo a que sempre façamos leis que sejam o ponto de equilíbrio do pensamento nacional e do interesse do país. Nossa função não é construir o impossível, mas fazer e tornar a sociedade possível.

Por isso, muitas vezes e quase sempre ficamos à mercê de incompreensões. Mas é da nossa obrigação, da nossa missão, fazer leis para todos. Não trabalhamos com utopias, mas em transformar utopias na realidade do que é possível fazer.

Essa é a nossa função e, por isso mesmo, nossa Casa é o coração da democracia, onde o povo pode questionar tudo na sociedade, inclusive o próprio Parlamento.

Quero congratular-me com todos, Senhoras e Senhores Deputados e Senhoras e Senhores Senadores, pelo trabalho excepcional que realizaram, especialmente com a Câmara dos Deputados, na pessoa do Deputado João Paulo Cunha, excepcional figura de homem público, que tem conduzido os trabalhos da Câmara dos Deputados com sabedoria, inteligência e acuidade política, zelando pelo prestígio da Casa, pela dignidade do Poder Legislativo e, por isso mesmo, credenciando-se ao respeito e à admiração de todos nós.

Este ano legislativo foi, sem dúvida, de grandes realizações para o Brasil. O Parlamento brasileiro cumpriu com o seu dever. Votou as reformas da previdência e a tributária, os estatutos do idoso, do torcedor e do desarmamento, os projetos da nova lei de falências, da mata atlântica, da bio-segurança, do primeiro emprego, do seguro agrícola, da pirataria, analisou mais de cinco mil proposições, fez mais de noventa reuniões e, só nas votações das reformas, cem audiências públicas foram realizadas, ouvindo, discutindo, recolhendo idéias e caminhos para soluções.

Com o Judiciário, nossa relação foi de absoluto equilíbrio, de cumprimento constitucional, de harmonia e de cooperação. Basta citar o trabalho do Deputado João Paulo Cunha com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, abrindo o debate da Reforma da Previdência nos pontos principais, que foram acolhidos na versão final. Votamos as leis da criação das varas federais, bem como os recursos humanos para que pudesse a Justiça exercer melhor sua função.

Convênios foram feitos pelo Senado Federal com o Supremo Tribunal Federal, assegurando treinamento de pessoal, publicação de clássicos do Direito e edições da Revista da Magistratura.

É meu dever agradecer e expressar nossa homenagem ao Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal e seu Presidente Maurício Corrêa, ressaltando a harmonia e a independência que, na forma constitucional, têm pautado nossas condutas, lutando no espaço comum do interesse nacional.

A melhor síntese que podia fazer deste ano sobre as atividades do Congresso Nacional é repetir a mesma frase com que abri esta Legislatura: o Congresso Nacional não faltou ao País.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Convido as Sras. e os Srs. Parlamentares para, de pé, cumprirmos o que estatui a Constituição para a promulgação solene das emendas.

Nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgadas as Emendas Constitucionais nºs 41 e 42, de 2003. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Deputado João Paulo Cunha.

**O SR. JOÃO PAULO CUNHA** – Caro Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, pessoa que passei a conhecer e a admirar, com cuja experiência de homem público experimentado nas dificuldades e nos momentos bons aprendi muito – em diversas oportunidades da minha ação como Presidente da Câmara dos Deputados e como homem público, tenho-me mirado em V.Exa.; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados; caros membros das Mesas, é um prazer participar da promulgação destas duas emendas.

Para sabermos da dimensão histórica de um momento, não é preciso que transcorram séculos; basta termos, na hora mesma em que acontecem os fatos, a consciência do quanto esses episódios representarão para o futuro do País e para o dia-a-dia das pessoas.

Podemos afirmar que 2003 foi realmente um ano histórico para o Brasil e para o povo brasileiro. A

Câmara dos Deputados e o Senado Federal deram sua contribuição. Se podemos hoje, em dezembro de 2003, comemorar o Natal e nos aproximar de um novo ano em condições melhores do que em 2002, sem dúvida nenhuma o Senado Federal e a Câmara dos Deputados colaboraram para que isso fosse possível. *(Palmas.)*

Se repararmos bem, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, observaremos que o Risco Brasil não caiu por obra divina. Todos os passos – vejam bem, todos os passos! – dados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado relativamente à apreciação das reformas tinham correspondência imediata na sua avaliação: quando elas chegaram ao Congresso Nacional, em especial à Câmara dos Deputados; quando foram instaladas as Comissões Especiais que as analisariam; quando foram apresentados e votados os pareceres nas Comissões Especiais; quando foram apresentados e votados os pareceres na CCJ; quando as propostas foram ao plenário; quando finalmente foram votadas no plenário, sempre, concomitantemente, o Risco País era imediatamente reduzido.

Isso mostra que, se há valor e virtudes nas mudanças que o Brasil presenciou neste ano, não há como negar que a digital do Congresso Nacional está marcada nas melhorias de condições de nosso País.

Se abordarmos a atividade do Congresso Nacional pelo lado econômico, Sr. Presidente José Sarney, veremos quantas medidas oferecemos ao Poder Executivo e ao País: além das duas reformas, mudamos o art. 192 da Constituição, que estava parado há muito tempo na Câmara, e ainda aprovamos a nova Lei de Falências. Ou seja, garantimos instrumentos para que 2004 seja melhor; para que efetivamente, no próximo ano, possamos não somente comemorar números e cifras, mas também ver uma parte do povo ter emprego e a população usufruir melhores condições de vida.

Estamos ajudando a criar condições para que o Brasil dê um passo adiante em 2004.

Mas não foi somente na área econômica que o Congresso agiu; na área social também demos nossa contribuição. O Estatuto do Desarmamento, por exemplo, surgiu num momento de grandeza das duas Casas. A partir da iniciativa do Senador Renan Calheiros, externada em reunião realizada no gabinete do Presidente José Sarney por minha iniciativa, decidimos levá-lo adiante. E o fizemos em tempo recorde. Aprovamos também o Estatuto do Idoso e o projeto referente à Mata Atlântica; fizemos uma série de mudanças no Código Penal, as quais permitiram que o

sistema de segurança melhorasse e a violência fosse um pouco amenizada.

No plano internacional, foi sanada a dúvida acerca da posição que o Brasil deveria tomar em relação à ALCA exatamente numa atividade convocada por este Congresso. A Câmara e o Senado realizaram seminário para tratar do tema e possibilitaram que o Presidente da República fizesse a abertura do evento. Naquele momento, foi interrompida a cizânia que havia, do ponto vista público, das opiniões e foi apresentada a opinião do Brasil sobre a ALCA. A partir daquele instante, modestamente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal deram a sua contribuição para que o Brasil, perante o continente e o mundo, tivesse uma posição mais clara a respeito da ALCA.

Mesmo no que diz respeito a iniciativas internas, Sr. Presidente, Senador José Sarney, efetivamente estamos vivendo uma Legislatura com muita transparência e participação, o que faz com que o Parlamento esteja sintonizado com o que acontece na sociedade brasileira.

Sr. Presidente José Sarney, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, é um prazer promulgar as reformas que aprovamos, principalmente porque estamos às vésperas do Natal, que significa nascimento, o início de um novo tempo, o aparecimento de uma pessoa que queria o bem de todos os homens – foi para isso que Jesus veio. Se é verdade isso, vamos todos nos irmanar, Sras. e Srs. Parlamentares, povo brasileiro e Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, para construir efetivamente um novo Brasil, uma

nova Nação, em que nossos filhos possam ter esperança de um futuro melhor.

Tenho certeza de que nós, Deputados e Senadores, demos nossa contribuição em 2003. E não faltaremos em 2004, porque o nosso compromisso é com um Brasil melhor. Tenho certeza de que todos estamos irmanados nesse compromisso.

Desejo às Sras. e aos Srs. Parlamentares feliz Natal e um grande 2004! Que todos nós estejamos unidos na idéia de que, com esperança, faremos um País melhor.

Muito obrigado. *(Palmas prolongadas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Informo às Sras. e aos Srs. Deputados e às Sras. e aos Srs. Senadores que se encontra nas respectivas bancadas uma publicação do Congresso Nacional produzida pelos serviços de comunicação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a qual traz o balanço de todos os trabalhos da presente Sessão Legislativa.

Agradeço a presença de todos. Estou certo de que estamos participando de importante momento da história contemporânea brasileira.

Comunico aos Srs. Senadores que vamos prosseguir a sessão ordinária do Senado Federal às 12h.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Cumprida a finalidade desta sessão, declaro-a encerrada. *(Palmas.)*

*(Encerra-se a sessão às 10 horas e 53 minutos.)*

## Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização \*

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-4-2003

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho-PMDB-AM

1º Vice-Presidente: Deputado Pauderney Avelino – PFL - AM

2º Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PFL - TO

3º Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB-SP

Relator da LDO: Deputado Paulo Bernardo

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2004: Dep. Jorge Bittar – PT-RJ

Relator do PPA 2004/2007 – Senador Roberto Saturnino – PT-RJ

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PT-PSB-PTB-PL)	
Serys Slhessarenko <sup>(29)</sup>	1. Ana Júlia Carepa
Roberto Saturnino	2. Eurípedes Camargo-DF <sup>(56)</sup> (13)
Delcídio Amaral (2) <sup>(13)</sup>	3. Eduardo Suplicy
Fernando Bezerra (25)	4. Duciomar Costa <sup>(73)</sup>
Magno Malta	5. Ideli Salvatti <sup>(77)</sup> <sup>(56)</sup> <sup>(21)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior	6. Aelton Freitas <sup>(2)</sup>
Sibá Machado <sup>(73)</sup>	7. Fátima Cleide-RO <sup>(56)</sup> <sup>(29)</sup> <sup>(25)</sup>
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Valdir Raupp
Amir Lando <sup>(48)</sup> (20)	3. Romero Jucá (48) <sup>(6)</sup>
Sérgio Cabral	4. Garibaldi Alves Filho <sup>(20)</sup> <sup>(12)</sup>

\* Designação feita em 14-4-2003 (SF)

<sup>(29)</sup> Substituição da Sen. Heloísa Helena (T) pela Sen Serys Slhessarenko (T), deixando a mesma de ser suplente, em 5-8-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(56)</sup> Indicação dos Sen. Eurípedes Camargo (S), Flávio Arns (S) e a Senadora Fátima Cleide (S), em 29-10-2003 – PT – SF.

<sup>(13)</sup> Substituição do Sen. Papaléo Paes pelo Sen. Delcídio Amaral (T), em 22-5-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(72)</sup> Substituição do Sen. Flávio Arns pela Sen. Ideli Salvatti(S), em 4-12-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(21)</sup> Desligamento do Sen. Marcelo Crivella (S), em 10-7-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(2)</sup> Substituição do Sen Tião Viana pelo Sen Papaléo Paes(T) e indicação do Sen Aelton Freitas(s) em 23-4-2003-PT-SF.

<sup>(73)</sup> Substituição do Sen. Duciomar Costa pelo Sen. Sibá Machado para titular e do Sen. Sibá Machado pelo Sen. Duciomar Costa para suplente, em 9-12-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(25)</sup> Remanejamento do Sen. Fernando Bezerra para titular e da Sen. Serys Slhessarenko para suplente, em 16-7-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(48)</sup> Remanejamento dos Sen. Romero Jucá e Amir Lando para suplência e titularidade, respectivamente, em 2-10-2003 – PMDB-SF.

<sup>(6)</sup> Indicação do Sen. Amir Lando(S), feita em 5-5-2003. PMDB-SF.

Ilélio Costa	5. Leomar Quintanilha <sup>(59)</sup>
<b>PFL</b>	
Romeu Tuma <sup>(51)</sup>	1. José Jorge
Jonas Pinheiro	2. vago (51)
João Ribeiro	3. Heráclito Fortes
Efraim Moraes	4. Roseana Sarney
César Borges	5. Paulo Octávio

<sup>(20)</sup> Remanejamento dos Sen. Garibaldi Alves Filho para suplente e Romero Jucá para titular, em 8-7-2003-PMDB-SF.

<sup>(12)</sup> Indicação do Senador Romero Jucá(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-SF.

<sup>(59)</sup> Indicação do Sen. Leomar Quintanilha (S), feita em 5-11-2003 – PMDB – SF.

<sup>(51)</sup> Substituição do Sen. Leomar Quintanilha (T) pelo Sen. Romeu Tuma, que deixa a vaga de suplente, em 15-10-2003-PFL-SF.

<b>SENADORES</b>	
Titulares	Suplentes
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan <sup>(39)</sup> (14) (30)	1. Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	2. vago(39)
Sérgio Guerra	3. João Tenório <sup>(71)</sup> (15)
<b>PDT</b>	
Almeida Lima <sup>(32)</sup>	1. Augusto Botelho
<b>PPS<sup>(*)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes <sup>(58)</sup>

<sup>(39)</sup> Indicação do Sen. Leonel Pavan como titular, deixando a vaga de suplente, em 5-9-2003-PSDB-SF.

<sup>(14)</sup> Substituição do Sen. Romero Jucá pelo Sen. Reginaldo Duarte(T), em 23-5-2003-PSDB-SF.

<sup>(30)</sup> O Senador Reginaldo Duarte foi desligado da Comissão em 6-8-2003 – PSDB – SF.

<sup>(71)</sup> Substituição do Sen. Teotônio Vilela Filho pelo Sen. João Tenório(S), em 28-11-2003-PSDB-SF.

<sup>(15)</sup> Indicação do Sen. Teotônio Vilela(S), em 23-5-2003-PSDB-SF.

<sup>(32)</sup> Substituição do Sen. Alvaro Dias pelo Sen. Almeida Lima(T), em 13-8-2003-PDT-SF.

<sup>(\*)</sup> Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<sup>(58)</sup> Substituição do Sen. João Batista Motta pela Sen. Patrícia Saboya Gomes(S), em 4-11-2003-PPS-SF.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Ary Vanazzi-RS	1. Eduardo Valverde-RO
Walter Pinheiro-BA <sup>(69)</sup>	2. José Pimentel-CE
Dr. Rosinha-PR	3. Leonardo Monteiro-MG
Gilmar Machado-MG	4. Arlindo Chinaglia-PT <sup>(7)</sup>
João Grandão-MS	5. Paulo Rubem Santiago-PE
João Magno-MG	6. Devanir Ribeiro-SP <sup>(7)</sup>
Jorge Bittar-RJ	7. Tarcisio Zimmermann-RS
Paulo Bernardo-PR	8. Telma de Souza-SP
Vignatti-SC	9. Mauricio Rands-PE <sup>(69)</sup>
Virgílio Guimarães-MG	10. Zezéu Ribeiro-BA
Wasny de Roure-DF	11. Vander Loubet-MS <sup>(7)</sup>
<b>PFL</b>	
Carlos Melles-MG	1. Carlos Nader-RJ
Cláudio Cajado-BA <sup>(63)(57)</sup>	2. Cleuber Carneiro-MG
Eduardo Sciarra-PR	3. Gervásio Silva-SC
Gilberto Kassab-SP	4. Kátia Abreu-TO
José Rocha-BA	5. Laura Carneiro-RJ
Lael Varella-MG	6. Luiz Carreira-BA <sup>(64)</sup> (57)
Júlio César-PI <sup>(10)</sup>	7. Marcos Abraão SP
Machado-SE	8. José Roberto Arruda-DF <sup>(35)</sup>
Oswaldo Coelho-PE	9. Fernando de Fabinho-BA <sup>(46)</sup>
Pauderney Avelino-AM	10. João Batista-SP <sup>(27)</sup>

<sup>(7)</sup> Indicação do Dep. Vander Loubet(S) em vaga, substituição dos Deps. Nelson Pellegrino(S) e Professor Luizinho(S) pelos Deps. Arlindo Chinaglia e Devanir Ribeiro, feitas em 6-5-2003-PT-CD.

<sup>(69)</sup> Substituições do Dep. Carlito Mers (T) pelo Dep. Walter Pinheiro (T) e do Dep. Walter Pinheiro (S) pelo Dep. Mauricio Rands (S), em 19-11-2003 – PT – CD.

<sup>(63)</sup> Substituição do Dep. Luiz Carreira pelo Dep. Cláudio Cajado(T), em 7-11-2003-PFL-CD.

<sup>(57)</sup> Substituição do Dep. Cláudio Cajado pelo Dep. Luiz Carreira, como titular, deixando o mesmo a vaga de suplente, em 4-11-2003-PFL-CD.

<sup>(64)</sup> Indicação do Dep. Luiz Carreira(S), em 7-11-2003-PFL-CD

<sup>(10)</sup> Substituição do Dep. Luciano Castro (T) pelo Dep. Júlio César (T), em 14-5-2003-PFL-CD.

<sup>(35)</sup> Substituição do Dep. Robson Tuma (S) pelo Dep. José Roberto Arruda (T), em 20-8-2003 – PFL-CD.

<sup>(46)</sup> Substituição do Dep. Rogério Teófilo pelo Dep. Fernando de Fabinho(S), em 26-9-2003-PFL-CD.

<sup>(27)</sup> Indicação do Dep. João Batista(S), em 17-7-2003-PFL-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<b>PMDB</b>	
José Borba-PR	1. André Luiz-RJ
Pedro Chaves-GO <sup>(17)</sup>	2. Rose de Freitas <sup>(65)</sup>
José Priante-PA	3. João Correia-AC
Mauro Lopes-MG	4. Jorge Alberto-SE
Olavo Calheiro-AL	5. José Divino-RJ <sup>(53)</sup>
Pedro Novais-MA	6. Paulo Afonso-SC <sup>(1)</sup>
Zé Gerardo-CE <sup>(60)</sup> <sup>(52)</sup>	7. Silas Brasileiro-MG <sup>(11)</sup>
Tadeu Filippelli-DF <sup>(68)</sup> <sup>(33)</sup> <sup>(23)</sup> <sup>(1)</sup>	8. Waldemir Moka-MS <sup>(24)</sup>
Rose de Freitas-ES <sup>(70)</sup> <sup>(78)</sup>	9. Wilson Santiago-PB <sup>(60)</sup> <sup>(52)</sup> <sup>(37)</sup>
<b>PSDB</b>	
Anivaldo Vale-PA	1. Alberto Goldman-SP
Antonio Carlos Mendes Thame-SP	2. Eduardo Paes-RJ <sup>(50)</sup>
Bismarck Maia-CE <sup>(43)</sup>	3. João Almeida-BA
Eduardo Gomes-TO <sup>(49)</sup> <sup>(19)</sup>	4. João Castelo-MA
Helenildo Ribeiro-AL	5. Manoel Salviano-CE <sup>(31)</sup> <sup>(45)</sup>
Narcio Rodrigues-MG	6. Ronaldo Dimas-TO <sup>(8)</sup> <sup>(9)</sup>
Professora Raquel Teixeira-GO	7. Paulo Kobayashi-SP
Rafael Guerra-MG	8. Antonio Cambraia-CE <sup>(34)</sup> <sup>(19)</sup>
<b>PPB</b>	

<sup>(17)</sup> Substituição do Dep. José Chaves pelo Dep. Pedro Chaves(T), em 29-5-2003-PMDB-CD.

<sup>(65)</sup> Indicação da Dep. Rose de Freitas(S), em 12-11-2003-PMDB-CD.

<sup>(53)</sup> Indicação do Dep. José Divino(S), em 23-10-2003-PMDB-CD.

<sup>(1)</sup> Indicações feitas em 22-4-2003-PMDB-CD.

<sup>(11)</sup> Indicação do Dep. Silas Brasileiro(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-CD.

<sup>(68)</sup> Substituição do Dep. Darcísio Perondi pelo Dep. Tadeu Filippelli(T), em 13-11-2003-PMDB-CD.

<sup>(33)</sup> Indicação do Dep. Darcísio Perondi como titular, em 14-8-2003-PMDB-CD.

<sup>(23)</sup> Desligamento do Dep. Moreira Franco (T), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

<sup>(24)</sup> Indicação do Dep. Waldemir Moka (S), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

<sup>(70)</sup> Substituição do Dep. Marcelino Fraga pela Dep. Rose de Freitas(T), em 26-11-2003-PMDB-CD.

<sup>(28)</sup> Indicação do Dep. Marcelino Fraga (T), em 31-7-2003 - PMDB-CD

<sup>(60)</sup> Remanejamento do Dep. Zé Gerardo para titular e do Dep. Wilson Santiago para suplente, em 6-11-2003-PMDB-CD.

<sup>(52)</sup> Remanejamento do Dep. Wilson Santiago para titular e do Dep. Zé Gerardo para suplente, em 22-10-2003-PMDB-CD.

<sup>(37)</sup> Indicação do Dep. Wilson Santiago(S), em 3-9-2003-PMDB-CD.

<sup>(50)</sup> Indicação do Dep. Eduardo Paes, em 7-10-2003-PSDB-CD.

<sup>(43)</sup> Substituição do Dep. Arnon Bezerra (T) pelo Dep. Bismarck Maia (T), em 18-9-2003-PSDB-CD.

<sup>(49)</sup> Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Eduardo Gomes(T), em 2-10-2003-PSDB-CD.

<sup>(19)</sup> Substituição do Dep. Dr. Heleno pela Dep. Rose de Freitas(T), deixando a mesma de ser suplente, em 10-6-2003-PSDB-CD.

<sup>(31)</sup> Substituição do Dep. Jovair Arantes pelo Dep. Rommel Feijó (S), em 13-8-2003 - PSDB-CD.

<sup>(45)</sup> Substituição do Dep. Rommel Feijó pelo Dep. Manoel Salviano (S), em 24-9-2003 - PSDB-CD

<sup>(8)</sup> Desligamento do Dep. Osmânio Pereira(S), feita em 7-5-2003 - PSDB-CD.

<sup>(9)</sup> Indicação do Dep. Ronaldo Dimas(S), feita em 8-5-2003 - PSDB-CD.

<sup>(34)</sup> Indicação do Dep. Antonio Cambraia(S), em 20-8-2003 - PSDB-CD.



Francisco Dornelles-RJ <sup>(55)</sup>	1. Herculano Anghinetti-MG <sup>(54)</sup> (5)
Márcio Reinaldo Moreira-MG	2. Dr. Benedito Dias-AP
Nelson Meurer-PR	3. Benedito de Lira-AL <sup>(62)</sup>
Ricardo Barros PR	4. Mário Negromonte-BA
Roberto Balestra-GO	5. Dr. Heleno-RJ <sup>(61)</sup> (36) (5)

---

<sup>(55)</sup> Substituição do Dep. Herculano Anghinetti (T) pelo Dep. Francisco Dornelles, em 29-10-2003 – PP – CD

<sup>(54)</sup> Substituição do Dep. Francisco Dornelles (S) pelo Dep. Herculano Anghinetti, em 29-10-2003 – PP – CD.

<sup>(62)</sup> Substituição do Dep. João Pizzolatti pelo Dep. Benedito de Lira(S), em 7-11-2003-PP-CD.

<sup>(61)</sup> Substituição do Dep. João Tota pelo Dep. Dr. Heleno(S), em 6-11-2003-PP-CD.

<sup>(36)</sup> Substituição do Dep. Eduardo Cunha pelo Dep. João Tota(S), em 27-8-2003-PP-CD.

<sup>(5)</sup> Substituições dos Deps. Cleonânio Fonseca (S) e Narciso Mendes(S) pelos Deps. Francisco Dornelles e Eduardo Cunha, em 24-4-2003-PPB-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<b>PTB</b>	
Eduardo Seabra-AP	1. Alex Canziani-PR
Elaine Costa-RJ	2. Homero Barreto-TO
Jovair Arantes-GO <sup>(47)</sup>	3. Josué Bengtson-PA
José Carlos Elias-ES	4. Neuton Lima-SP
José Chaves-PE <sup>(22)</sup> (3) (4)	5. Pedro Fernandes-MA
<b>PI.</b>	
Humberto Michiles-AM	1. Almir Moura-RJ
João Leão-BA	2. Heleno Silva-SE
Milton Monti-SP	3. Sandro Mabel-GO
Wellington Roberto-PB	4. Welinton Fagundes-MT
<b>PSB</b>	
Dr. Evilásio-SP	1. Gonzaga Patriota <sup>(16)</sup>
Alexandre Cardoso-RJ <sup>(40)</sup>	2. Beto Albuquerque-RS <sup>(16)(44)</sup>
Renato Casagrande-ES	3. (vago)
<b>PPS</b>	
Cezar Silvestri-PR	1. Agnaldo Muiz-RO
Geraldo Resende-MS	2. Colbert Martins-BA <sup>(67)</sup>
<b>PDT</b>	
Dr. Hélio-SP	1. André Zacharow-PR
Mário Heringer-MG	2. Manato-ES
<b>PC do B</b>	
Sérgio Miranda-MG	1. Leonardo Vilela-PPB-GO <sup>(18)</sup>
Pastor Francisco Olímpio-PE <sup>(38)(42)</sup>	2. Vanessa Grazziotin-AM <sup>(41)</sup>
<b>PRONA</b>	
Amauri Robledo Gasques-SP <sup>(26)</sup>	1. Elimar Máximo Damasceno-SP <sup>(66)</sup>

<sup>(47)</sup> Substituição do Dep. Félix Mendonça pelo Dep. Jovair Arantes(T), em 2-10-2003-PTB-CD.

<sup>(22)</sup> Substituição do Dep. Benedito de Lira pelo Dep. José Chaves(T), em 11-7-2003 – PTB-CD.

<sup>(3)</sup> Desligamento do Dep. Benedito de Lira feito em 23-4-2003 – PTB-CD.

<sup>(4)</sup> Indicação feita em 24-4-2003-PTB-CD.

<sup>(40)</sup> Substituição do Dep. Gilberto Nascimento (T) pelo Dep. Alexandre Cardoso (T), em 5-9-2003 – PSB-CD.

<sup>(16)</sup> Indicação dos Deps. Gonzaga Patriota e Jefferson A. Campos(S), em 26-5-2003-PSB-CD.

<sup>(44)</sup> Substituição do Dep. Jefferson Campos (T) pelo Dep. Beto Albuquerque (T), em 18-9-2003-PSB-CD.

<sup>(67)</sup> Substituição do Dep. Athos Avelino pelo Dep. Colbert Martins(S), em 13-11-2003-PPS-CD.

<sup>(18)</sup> Indicação do Dep. Leonardo Vilela(S), em 5-6-2003-PCdoB-CD.

<sup>(38)</sup> O Dep. Edson Ezequiel foi desligado da Comissão em 3-9-2003 – PC do B – CD.

<sup>(42)</sup> Indicação do Dep. Pastor Francisco Olímpio(T), feita em 11-9-2003 – PC do B – CD.

<sup>(41)</sup> Indicação da Dep. Vanessa Grazziotin(S), em 5-9-2003-PC do B-CD.

<sup>(26)</sup> Substituição do Dep. Elimar Máximo Damasceno pelo Dep. Amauri Robledo Gasques(T), em 16-07-2003-PRONA-CD

<sup>(66)</sup> Substituição do Dep. Ildeu Araújo (S) pelo Dep. Elimar Máximo Damasceno(S), 12-11-2003 – PRONA – CD.

PV	
Leonardo Mattos-MG	1. Edson Duarte-BA
PMN (*)	
Jackson Barreto-SE	1. Lúcia Braga-PB

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)  
Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

---

(\*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) <sup>2</sup>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

<sup>2</sup> Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## CONGRESSO NACIONAL

### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

### COMISSÕES DE TRABALHO

#### **01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

#### **02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

#### **03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

#### **04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

#### **05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefone: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

## COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

<b>Presidente:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Senador RODOLPHO TOURINHO	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado ROBERTO JEFFERSON

## MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup>

<b>Senador EDUARDO SUPPLY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

## SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLAVIO ARNS (PT/PR) <sup>(6)</sup>
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTAVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SERGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) <sup>(7)</sup>	Vago <sup>(8)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRICIA SABOYA GOMES (PPS/CE) <sup>(11)</sup>

## DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(9)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) <sup>(10)</sup>	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) <sup>(10)</sup>
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) <sup>(9)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLAUDIO MAGRAO (PPS/SP)

### Notas:

- <sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.  
<sup>(2)</sup> O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).  
<sup>(3)</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).  
<sup>(4)</sup> Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.  
<sup>(5)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(6)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(7)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(8)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.  
<sup>(9)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Edison Figueiredo até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(10)</sup> Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(11)</sup> Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala 1/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPLYCY <sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador TIÃO VIANA (PT <sup>2</sup> - AC)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPLYCY (PT <sup>2</sup> -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).